

Jorge de Vasconcelos Nunes

por: Manuel Baião, CIDEHUS - Universidade de Évora



Jorge de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, a 16 de Julho de 1878, no seio de uma família notável, pertencente à elite local. O seu pai, José Jacinto Nunes (1839-1931), era um destacado republicano, bacharel formado em leis, advogado e grande proprietário local. Embora fosse natural de Pedrógão Grande, radicou-se na vila de Grândola, após ter sido nomeado administrador do concelho em 1866. Nesta vila alentejana conheceria e viria a casar em 7 de Junho de 1869, na igreja de Santa Margarida da Serra, com Maria da Natividade Pais e Vasconcelos, natural de Grândola, descendente de uma importante família da nobreza local. Deste casamento nasceriam três filhas e um filho.

A irmã mais velha de Jorge de Vasconcelos Nunes, Maria da Luz Pais de Vasconcelos Nunes Camacho (n. 1872), viria a casar civilmente, na residência de seu pai (actuais Paços do Concelho), em Grândola, a 23 de Outubro de 1898, com Manuel de Brito Camacho. A ligação familiar a Manuel de Brito Camacho viria a ser decisiva no rumo político que Jorge de Vasconcelos Nunes e seu pai, José Jacinto Nunes, viriam a ter durante a I República. Jorge de Vasconcelos Nunes teve ainda mais três irmãs, Clara de Vasconcelos Nunes (n. 13.11.1877), Camila Pais de Vasconcelos Nunes (1879-1955) e Maria Lúcia Nunes, (n. 1883) "...filha natural de mãe que, segundo a lei se não pode nomear e do Doutor José Jacinto Nunes..." (Arquivo Municipal de Grândola, *Câmara Municipal de Grândola*, A.G1/5, f. 7v.).

Jorge de Vasconcelos Nunes casou

com Maria Francisca Mendes (natural de Grândola, filha de Domingos Mendes, proprietário e de Maria Pereira), tendo tido dois filhos. José de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, a 6 de Maio de 1905, tendo os seus pais efectuado o registo civil, conforme o idealismo republicano compelia em 26 de Fevereiro de 1910. O seu filho primogénito viria a falecer ainda em criança. O seu segundo filho, Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos, nasceu em Grândola, a 9 de Julho de 1909, tendo sido registado civilmente na mesma data do seu irmão mais velho. Viria a casar em Badajoz, com Maria Antonieta Aresosa Ribeiro Nunes de Vasconcelos, natural de Pontevel, a 29 de Maio de 1939, de quem teve geração em Maria Clara Nunes de Vasconcelos, Maria Rosália Nunes de Vasconcelos e Maria Nunes de Vasconcelos. Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos faleceu a 22 de Maio de 1977.

Jorge de Vasconcelos Nunes fez os primeiros estudos em Lisboa, ingressando em 1895, em Coimbra, na Escola Central da Agricultura Morais Soares, também conhecida por Escola Nacional de Agricultura, onde se manteve até 1900, quando se formou como engenheiro agrónomo.

Jorge de Vasconcelos Nunes acom-

panhou de perto a carreira política do pai, José Jacinto Nunes que a partir de 1870 exerceu, quase ininterruptamente, a presidência da Câmara Municipal de Grândola. Fez ainda parte do Directório do Partido Republicano Português, tendo sido vítima de

perseguições e preso por duas vezes. Embora candidato em 1870, apenas foi eleito deputado em 1893, pelo círculo de Lisboa, tendo sido um dos primeiros deputados republicanos a entrar no Parlamento. Por isso, desde a sua juventude, Jorge Vasconcelos Nunes empreendeu acção política como propagandista da causa republicana. A sua actividade política republicana mais activa começou nos seus tempos de estudante em Coimbra desde 1895. Aquando da proclamação da República, percorreu em motorizada algumas aldeias do concelho de Grândola e Santiago do Cacém anunciando vibrantemente a chegada do novo regime com gritos de "Viva a República", facto que deixou atónitos

muchos dos aldeãos, com gritos de "Viva a República", facto que deixou atónitos muitos dos aldeãos.

Em termos partidários Jorge de Vasconcelos Nunes enveredou conjuntamente com o seu pai e o seu cunhado, Manuel de Brito Camacho pelo republicanismo conservador. Ingressou ainda durante a monarquia no Partido

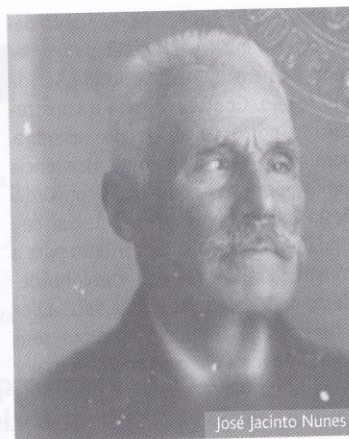
Aquando da proclamação da República, percorreu em motorizada algumas aldeias do concelho de Grândola e Santiago do Cacém anunciando vibrantemente a chegada do novo regime com gritos de "Viva a República", facto que deixou atónitos muito dos aldeãos.

Republicano Português. Em 1912 acompanhou o seu cunhado, Brito Camacho, na cisão que formou o Partido da União Republicana, onde foi membro substituto da Comissão Administrativa em 1912. Em Outubro de 1919 fez parte da comissão mista que negociou a fusão do Partido Republicano Evolucionista com o Partido da União Republicana para a formação do Partido Republicano Liberal. Manteve-se no Partido Republicano Liberal até Fevereiro de 1923, data em que este partido se fundiu com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista. Jorge de Vasconcelos Nunes permaneceu no Partido Republicano Nacionalista até Março de 1926, data em que Cunha Leal liderou uma cisão dentro deste partido, formando a União Liberal Republicana. Jorge Vasconcelos Nunes integrou este novo partido republicano conservador até 1930, data em que terá abandonado a vida política activa.

Jorge de Vasconcelos Nunes foi deputado às Constituintes (1911), tomando assento parlamentar por Setúbal. Em 1915 voltou a ser deputado, desta vez por Timor. Nas legislaturas de 1919, 1921, 1922 e 1925 regressou à Câmara dos Deputados, por Setúbal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1911 e 1912. Em 1920 tornou-se vice-presidente da Câmara dos Deputados e em 1921 tornou-se

seu presidente. Na legislatura de 1922-1925 renunciou ao mandato parlamentar na sessão n.º 30 de 11-2-1925, tendo enviado uma carta explicando os motivos da sua decisão ao Presidente da Câmara dos Deputados. Os vários grupos parlamentares e a mesa da Câmara dos Deputados ainda tentaram demovê-lo da sua atitude, por todos considerada muito nobre, mas acabariam por aceitar a sua renúncia no dia 18-2-1925. As razões da sua renúncia pretendiam-se com a suspensão de pagamentos no Banco Industrial Português, de que era director. Na Câmara dos Deputados foi autor de diversos projectos de lei. A título de exemplo refira-se os apresentados em 1922 (178-H; 261-A, que destinou 1:500.000\$ para o início da construção da linha férrea do Seixal a Sesimbra); em 1924-25 (843-C, pelo qual se tornam extensivas aos notários interinos, servindo em sede de comarcas, seja qual for a sua classe, as disposições da alínea g) do artigo 1.º da lei n.º 1:364, de 18 de Setembro de 1922); em 1926 (6-V, criando a assembleia eleitoral de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém).

Integrou o elenco governamental nos anos de 1919-1920, exercendo no Governo presidido por José Relvas as pastas da Agricultura (de 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919) e interinamente dos Abastecimentos (entre 27 de Fevereiro e 30 de Março de 1919); no Governo chefiado por Domingos Pereira manteve-se na pasta da Agricultura (desde 30 de Março até 29 de Junho de 1919), e ocupou interinamente a pasta do Trabalho (entre 6 de Maio e 29 de Junho de 1919); no governo efémero de Fernandes Costa liderou o ministério do Comércio (a 15 de Janeiro de 1920); e no executivo chefiado por Domingos Pereira voltou a liderar a pasta do Comércio e Comunicações (de 21 de Janeiro a 8 de Março desse ano). Neste última passagem pelo governo elaborou uma proposta de lei referente à melhoria do pessoal ferroviário do Estado e encetou uma reorganização do porto de Lisboa.



José Jacinto Nunes

Jorge Vasconcelos Nunes foi ainda procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa e vereador da Câmara Municipal de Cascais. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado, em 1910, no triângulo n.º 13 de Grândola, com o nome simbólico de Gomes Freire, passando depois para a Loja Irradiação de Lisboa. Colaborou nos periódicos *O País*, *A Lanterna*, *O Mundo*, *A Lucta*, *A Democracia do Sul* e *Pedro Nunes*.

Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes tinham um enorme prestígio no Alentejo, pelo que lhes foram prestadas inúmeras homenagens políticas.

Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes tinham um enorme prestígio no Alentejo, pelo que lhes foram prestadas inúmeras homenagens políticas. A título de exemplo refira-se a ocorrida em Beja, no dia 18 de Junho de 1923, aquando da deslocação a esta cidade do Baixo Alentejo de dele-

gados do Directório do Partido Republicano Nacionalista. No princípio da noite decorreu uma sessão solene de homenagem a Jacinto Nunes e a Jorge Vasconcelos Nunes no Centro Republicano Nacionalista de Beja. Após os discursos da praxe foram descerrados os retratos dos dois eminentes republicanos de Grândola. Perante estes discursos Jorge Vasconcelos Nunes, antigo presidente da Câmara dos Deputados ficou "verdadeiramente comovido, as lágrimas bailaram-lhe nos olhos, bem como no de muitos assistentes". Por fim Jorge Vasconcelos Nunes agradeceu em seu nome e de seu pai a generosidade manifestada pelos correligionários de Beja (*O Bejense*, 24-6-1923, p. 2).



a do
ir de
pta-
Mute
te do
cano
i de
o por
can-
benas
o em
o de
n dos
s re-
ir no
, des-
Jorge
em-
olítica
ta da
A sua
repu-
come-
os de
imbra
do da
públi-
notori-
ias do
dola e
anun-
ente a
regime
, facto
o dos

e Vas-
njunta-
inhado,
o repu-
gressou
Partido

Jorge Vasconcelos Nunes enquanto deputado e ministro contribuiu para o desenvolvimento e para os interesses da sua região. Contribuiu para a construção do porto de abrigo de Sesimbra, bem como para o apoio na assistência pública por intermédio da Misericórdia desta localidade. Com o seu pai deu ainda um importante contributo para a construção da linha de caminho-de-ferro do Vale do Sado. Esta defesa dos interesses de Grândola levou os seus contemporâneos a dar o seu nome à maior avenida da Vila – que vai da Praça da República, onde se localiza a estátua de seu pai, à estação do caminho-de-ferro. Jorge Vasconcelos Nunes foi proprietário e director de empresas. Tomando a seu cargo a administração das suas propriedades e das de seu pai (a partir de 1900), foi presidente da Associação dos Regentes Agrícolas (1912-1917) e da respectiva Assembleia-Geral (desde 1918). Para além do desempenho de funções em várias empresas industriais, foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-ferro Portugueses, em representação do Estado e director do Banco Industrial Português (até 1925). Enquanto homem abastado e grande proprietário rural, defendeu os interesses dos grandes agricultores do sul e do patronato e o equilíbrio orçamental pela diminuição das despesas do Estado no Parlamento e no Governo. No debate parlamentar em torno da reforma da contribuição predial em 1911 os grandes proprietários defendiam que a progressividade do imposto a existir, deveria abranger todo o tipo de rendimentos e não apenas os proventos agrícolas. Jorge Vasconcelos Nunes dando corpo a estas ideias argumentou o seguinte: "Diz-se também que estamos num país essencialmente agrícola. Eu chamo a atenção da Câmara. Todos os encargos recaem sobre a propriedade [...] Então porque não se aplica também o imposto progressivo ao comércio e à indústria? Não vejo que se tenham feito fortunas na Agricultura, ao passo que os industriais e os comerciantes enriquecem. Não tem defesa possível o querer aplicar, única e exclusivamente, à agricultura o imposto progressivo. À agricultura já bastam os prejuízos resultantes das longas estiagens, das inun-



dações e agora até das greves". (*Diário das Câmaras dos Deputados*, 4-12-1911). Quando era Vice-Presidente da Câmara dos Deputados fez as seguintes considerações a António Maria da Silva, Ministro das Finanças: "Eu também sou pelos conselhos técnicos, mas quero-os na província. E aí que eu quero que a sua acção se exerça. Quero também na província os campos de experiências e não em canteiros e vasos na Ajuda e que, quando se proceda a sondagens para pesquisas de água, se procure a terra do sul, onde tanta falta faz. [...] É que estes serviços técnicos só convêm em Lisboa. Ninguém quer sujeitar-se à província, visto que lá não há Martinho nem Brasileira, nem há Chave de Ouro, e outras casas afamadas, não há nada disso". Em relação à redução de despesas do Estado defendeu o seguinte: "É notório que depois de Monsanto o número de funcionários aumentou extraordinariamente, com a criação de novos serviços, agravando consideravelmente as finanças públicas. É absolutamente indispensável arrear caminho. Os serviços têm de ser remodelados por forma que traduzam uma palpável redução de despesas. Sem isso, não é

possível resolver a situação que aflige o país, nem é possível exigir do contribuinte aquilo que há necessidade de lhe pedir". (*Diário das Câmaras dos Deputados*, 17-5-1921). Durante as eleições de 1925 Jorge Vasconcelos Nunes voltou a candidatar-se a deputado por Setúbal tendo como mote a "valorização do trabalho". Donde, "o industrial, o comerciante e o agricultor têm que ser apreciados como os propulsores do trabalho e da riqueza nacional e não como quaisquer elementos daninhos, que convenha exterminar" (*Acção Nacionalista*, 18-10-1925, p.4). Durante a discussão parlamentar sobre o negócio dos tabacos, Jorge Vasconcelos Nunes defendeu o monopólio dos tabacos, uma vez que "é o mais prático" e o que "produz o máximo de rendimentos e benefícios". Já a régie "é o pior de todos os sistemas. O estatismo falhou por toda a parte" (*Diário de Lisboa*, 4-3-1926, p. 4). A partir de 1930, com a desagregação da União Liberal Republicana e a institucionalização da Ditadura, Jorge Vasconcelos Nunes abandonou a política activa, tendo-se dedicado em exclusivo à vida empresarial. Veio a falecer em Lisboa a 15 de Março de 1936.